



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO
CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 096/2019

ASSUNTO: Inexigibilidade nº 008/2018 – ADITIVOS DE PRAZO

Tratam os autos do Terceiro Aditivo da **Inexigibilidade 008/2018**, objetivando o aditivo de prazo dos contratos de nº **029, 030, 031 e 032/2018**

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 74, estabelece as finalidades do Sistema de Controle Interno, ao tempo em que a Lei Municipal nº 4.630/2005, dispõe sobre a implantação neste município.

Tendo em vista que a contratação em análise implica em realização de despesa ao município, fica demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

DA ANÁLISE DA LICITAÇÃO

1 – FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

À vista da necessidade comprovada do referido aditamento, o procedimento administrativo instaurado para a realização do Terceiro Aditivo está composto com as seguintes peças:

- Memorando Nº 141/2019 – SESMA (fl. 097);
- Justificativa do Termo de Aditivo (fl. 098);
- Memorando Nº 067/2019 –SEMAF (fl. 099);
- Justificativa do Termo de Aditivo (fl. 100);
- Memorando Nº 198-A/2019 – SETRINS (fl. 101);
- Justificativa do Termo de Aditivo (fl. 102);
- Memorando Nº 461/2019 – SEMEC (fl. 103);
- Anexo II do MEMO Nº 461/2019 – SEMEC (fl. 104);
- Justificativa do Termo de Aditivo (fl. 105);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO
CONTROLE INTERNO

- Parecer Jurídico Nº 083/2019 (fls. 106 e 107);
- Terceiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 029/2018 da Inexigibilidade Nº 008/2018 (fl. 108);
- Terceiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 030/2018 da Inexigibilidade Nº 008/2018 (fl. 109);
- Terceiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 031/2018 da Inexigibilidade Nº 008/2018 (fl. 110);
- Terceiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 032/2018 da Inexigibilidade Nº 008/2018 (fl. 111);

CONCLUSÃO

Após exame dos itens que compõem a análise do procedimento licitatório, entende-se a regularidade do Terceiro Aditivo de prazo e de da Inexigibilidade Nº 008/2018, conforme disposto no art. 57, inciso II, § 2º da Lei 8.666/1993.

Monte Alegre – PA, 30 de abril de 2019.

Helen B. Peleja de Oliveira
Helen Christina Peleja de Oliveira
Agente de Controle Interno
Decreto 034/2018